

É possível dissociar a obra do autor?

Peut-on dissocier l'œuvre de l'auteur?

Evandro Viana

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

evandroviana.cl@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-6907-6298>

SAPIRO, Gisèle. *É possível dissociar a obra do autor?* Tradução: Juçara Valentino. Edição. Belo Horizonte, Moinhos, 2022.

Em seu livro *É possível dissociar a obra do autor* (2022), originalmente *Peut-on dissocier l'œuvre de l'auteur?* (2020), traduzido para o português por Juçara Valentino, a Socióloga francesa Gisèle Sapiro trata da relação entre a moral do autor e a moral da obra. Sapiro exemplifica com casos polêmicos envolvendo grandes nomes, lançando luz à discussão crescente em uma época em que a cultura do cancelamento, movimento nascido nos Estados Unidos, reza cancelar obras e autores que transmitam qualquer representação que não esteja de acordo com o que nossa sociedade considera como politicamente correto, principalmente no que condiz a representações racistas, machistas, antissemitas, LGBTfóbicos e similares.

Na primeira parte do livro, Gisèle Sapiro traz diversos exemplos de como a vida pregressa do autor, assim como seus posicionamentos e opiniões públicas, pode afetar a opinião do leitor a respeito de como a obra foi escrita. A autora toma como base para o seu estudo suas pesquisas anteriores e, também, posicionamentos públicos de escritores, intelectuais, artistas, mediadores culturais e críticos. A mesma estudiosa parte do princípio de que tanto o conceito de autor, como o de obra, são construções sociais que, associadas a crenças, variam e podem se modificar no decorrer do tempo, da história e culturas.

Partindo da análise de Foucault sobre a noção de autor, das teorias filosóficas dos nomes próprios e de sua própria teoria de tripla relação entre metonímia, semelhança e intencionalidade, Sapiro (2022, p. 9) busca analisar e identificar os limites entre a obra e o autor. Sapiro (2022) nos mostra que existem duas vertentes críticas, uma que considera

que se deve apreciar a obra por ela própria, separando os posicionamentos e vida do autor da mesma e outra vertente que reza que não é possível fazer a dissociação entre ambos, pois ela seria reflexo de sua moral, sendo passíveis de censura quando o autor possui condutas e/ou opiniões racistas, xenófobas, sexistas e antissemitas. A autora nos diz que, embora essa discussão esteja em voga neste momento, a discussão de se dissociar ou não a obra do autor é antiga e ambas as vertentes possuem adeptos em todo o mundo. Sapiro (2022) não se posiciona para nenhum lado, ela se coloca em uma posição intermediária, buscando fazer uma análise relativamente autônoma, fornecendo meios para que o seu leitor faça sua própria reflexão e tome suas próprias decisões sobre dissociar ou não a obra do autor.

Sapiro (2022) analisa a relação metonímica entre o autor e a obra baseando-se na ideia de Foucault sobre a “função do autor”, que é definida “pelo conjunto das obras que lhe são atribuídas e que, por consequência, lhe pertencem e lhe são imputáveis” (Sapiro, 2022, p. 25), não sendo, dessa forma, possível fazer a dissociação de ambos. O nome do autor serviria como uma etiqueta de grife para o conjunto de sua obra, precedendo o conteúdo das mesmas, o que permite que o leitor tenha uma noção do que pode encontrar escrito.

A autora nos diz que por razões políticas, estéticas e/ou morais, o autor pode decidir por distanciar-se de sua obra, criando um espaço entre ambos para não se responsabilizar sobre o que escrevera ou ainda, de acordo com a crítica recebida do público ou do contexto político ao qual está inserido, modificar parte de seu texto, adequando-o ao que seria considerado politicamente correto. Tais alterações textuais poderiam ser realizadas tanto em vida pelo autor ou, quando esse já falecido, pelos detentores dos direitos autorais de sua obra, como, por exemplo, familiares e/ou editoras. Dessa forma, como afirma Sapiro (2022), vemos que a construção de uma obra vai para além dos planos e das ideias do autor, passando também por outros agentes, como os proprietários dos direitos autorais, editores, tradutores, críticos literários, opinião pública, entre outros.

Sapiro (2022, p. 32-34) nos fala da organização da coerência entre o estilo adotado pelo autor, a sua escrita e a utilização de determinadas estratégias que possam proporcionar mudanças de posicionamento intelectual, sua ou de seu estilo, podendo causar algum impacto à coerência de suas obras, o que pode levar a sua produção a ser dividida por períodos, não sendo tratada como um todo heterogêneo. Para Sapiro (2020,

p. 32),

[a] contrário, certas estratégias de escrita, como uma mudança de estilo ou de posicionamento intelectual, vêm perturbar a representação da coerência da obra. Essas mudanças constituem frequentemente ajustes a transformações do campo, como ilustra a substituição dos temas cristãos por símbolos nórdicos nas pinturas produzidas por Emil Nolde após o advento do regime nacional-socialista. A revelação, em 2019, da adesão ao nazismo e do antissemitismo do pintor instituído como símbolo da arte degenerada provocou um choque na Alemanha, pois ele sempre foi apresentado como vítima do regime. (Sapiro, 2022, p. 32).

Em alguns casos, essas mudanças são acompanhadas pela utilização de pseudônimos por parte do autor, um subterfúgio para tentar escapar da associação de sua obra à sua vida pregressa e, assim, escapar de críticas e julgamento público, deixando a obra ser julgada avaliada por ela mesma, pelo seu conteúdo. Neste capítulo, Sapiro (2022) também nos fala sobre a questão das premiações, pois, embora sejam destinados às obras, é o autor que acaba sendo consagrado por elas, levando os louros, a fama e o dinheiro.

Sapiro (2022, p. 42) inicia o capítulo “*A Semelhança*” nos dizendo que “a relação metonímica diz respeito ao nome do autor, ela não diz nada sobre a sua pessoa. [...] A relação de semelhança entre a obra e seu autor remete, em contrapartida, à pessoa”. Dessa forma, podemos reconhecer a pessoa do autor em cada uma de suas obras, estando sua moral ligada à moral da obra, assemelhando-se, e sendo esta, à emanção da pessoa do próprio autor. A crença na responsabilidade moral do autor ultrapassa as fronteiras de produção de sua obra, chegando ao campo judicial, conforme a legislação dos direitos autorais que responsabiliza não somente os autores, mas também editores, vendedores e etc. Para Sapiro (2022, p. 43),

quando há processos judiciais literários, a análise da obra incriminada é acompanhada de um retrato da pessoa do autor, que não resume a busca das motivações [...] Distinguir o autor de sua obra trazendo garantias de sua moral, de sua sinceridade, de sua boa fé, de seu desinteresse e da seriedade de seu projeto criativo foi uma estratégia de defesa face às ações judiciais. No século XIX, o pertencimento às classes dominantes constituía em si uma prova de moralidade; aqueles que não faziam parte delas deviam fazer valer sua reputação, sua honestidade, seu estado civil, seu devotamento à família. (Sapiro, 2022, 0p. 43).

Conforme o visto acima, um dos artifícios utilizados pela defesa do autor é tentar dissociá-lo de suas obras, tentando provar que o que ele escrevera é fruto de ficção e não do que ele acredita e pratica enquanto pessoa, para assim poder livrá-lo de eventuais

condenações e multas. Para isso, serve, como provas de idoneidade, quaisquer meios que possam provar sua moral ilibada de um homem da sociedade, ou ao menos do que se espera de um homem da sociedade. Se esses artifícios conseguem livrar os autores de intenções nocivas, geralmente os mesmos são insuficientes para anular o espelhamento do autor à sua obra. Sapiro (2022, p. 44) nos diz que “[a] separação entre o autor e as suas personagens é enfraquecida pelos casos em que se recorre à ficção para contornar a autocensura imposta por questões sociais”.

Semelhante distinção ocorreu em um caso envolvendo cinco associações feministas e o *rapper* Orelsan. As associações o acusaram de incitação ao ódio e a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual, em um show ocorrido em 2019 na famosa boate Bataclan, em Paris, tendo o juiz entendido que as músicas interpretadas na ocasião evocavam personagens imaginários, não correspondendo com a opinião do cantor (Sapiro, 2022, p. 45-46). Sapiro (2022) nos mostra que tanto na literatura quanto em outras manifestações artísticas, as relações entre autor, ponto de vista narrativo e personagens formam um espaço relacional complexo, onde se abre uma enorme gama de possibilidades entre as estratégias de escrita.

Sapiro (2022, p. 47-50) ainda nos traz neste capítulo algumas questões sobre escritas de si, a partir de análise de diários, onde encontramos a unificação entre a identidade do autor e a do narrador. Em seguida, discorre sobre “o autor e o seu duplo ficcional”, abordando o distanciamento que o escritor pode ter de sua obra, através de um duplo ficcional, escrevendo sobre questões polêmicas sem, contudo, se comprometer com o conteúdo da mesma. Sapiro (2022, p. 57) defende que o grau de semelhança entre a obra e o autor pode variar, mas toma forma pelo *habitus* e pela trajetória individual ou coletiva do autor. Para ela, as estratégias do autor no campo cultural “devem ser confrontadas às estratégias intelectuais ou estéticas tal qual se manifestam na própria obra (escolhas temáticas, formais, estilísticas, discursivas, etc.), sendo a postura um lugar privilegiado para o estudo da articulação entre esses dois tipos de estratégia” (Sapiro, 2022, p. 57). Sapiro (2022, p. 59) nos apresenta, ainda, a questão da intencionalidade ou causalidade interna entre autor e sua obra. Citando a concepção espiritualista da obra como projeto de vida do autor.

Além de Sartre, Sapiro (2022) traz para o debate pontos de vista e concepções de outros pensadores, como Bourdieu e Weber, proporcionando uma discussão entre os pontos de vista dos mesmos. Enquanto Weber faz uma distinção entre a “ação racional em

relação aos fins da ação racional em relação a valores, e acrescenta a isso a ação tradicional e a ação movida por afetos” (Sapiro, 2022, p. 60), Bourdieu foca na oposição entre a causalidade mecânica e o finalismo, através do conceito do *habitus*, estratégias e crenças. Para a estudiosa, os autores inseridos em determinados nichos utilizam-se de razões que dispensam ser conscientes e nem precisam ter a consciência de um projeto, pois o autor representaria o campo como um todo.

Contudo, vale lembrar que, na prática, nem sempre a obra será percebida conforme as intenções do autor, as consequências e as apropriações por parte do leitor podem se distanciar das intenções do autor no momento de sua escrita. Contudo, Sapiro (2022) salienta a importância do debate sobre a violência simbólica que algumas obras podem representar e, também, sobre as condições de sua produção por parte do autor e de sua recepção por parte do público leitor.

Na segunda parte do livro, a autora trata do que ela nomeia como “Autores infames”. Sapiro examina casos de autores que criaram obras consideradas polêmicas, analisando seus argumentos e a repercussão pública tanto dessas obras quanto do posicionamento dos autores. Em termos de análise, Gisèle Sapiro nos apresenta duas perspectivas em relação aos autores: A primeira diz respeito aos comportamentos privados considerados ofensivos e inadequados perante a sociedade, como violência sexual, pedofilia e assassinato. A segunda diz respeito aos comportamentos ideológicos que o mundo contemporâneo classifica como indecorosos e abomináveis como, por exemplo, a xenofobia, preconceito racial, LGBTfobia, antissemitismo, simpatia e adesão a regimes fascistas e etc.

Diversos autores foram criticados pelos seus pares ao tratarem sobre temas delicados como a pedofilia e a violência sexual, um desses casos que Sapiro nos apresenta é do renomado diretor de cinema Roman Polanski, que foi acusado de usar de sua posição para cometer assédio e violência sexual contra diversas mulheres com as quais trabalhava. Dentre outros argumentos utilizados em sua defesa, Polanski ressalta a liberdade da arte, a minimização de seus atos e a culpabilização das vítimas. Sapiro também traz à luz o caso de Bernard Cantat, condenado a oito anos de prisão pela morte da esposa, a atriz francesa Marie Trintignant. Sua volta aos palcos causou inúmeros protestos não só de grupos feministas, mas também no mundo artístico. Seu retorno ao mundo profissional soou, para muitos, como a “[...] aceitação social das violências masculinas” (Sapiro, 2022, p. 91).

Em uma época em que as vozes das massas das minorias são ouvidas, do “*Me*

too”, da cultura do cancelamento e do politicamente correto, Gisèle Sapiro (2022) nos fornece subsídios para que possamos refletir sobre um assunto tão polêmico e complexo. Contudo, vale lembrar que não temos mais espaços para posicionamentos racistas, xenófobos, misóginos e LGBTfóbicos, fazendo-se necessário combater tais manifestações, mesmo que, para isso, sejamos impelidos a cancelar a obra e seu autor. Por um outro lado, reescrever parte de obras para adequá-la ao politicamente correto da atualidade e assim ganhar o mercado consumidor, é proporcionar um apagamento da problemática existente na obra, não permitindo que o leitor possa conhecer a verdadeira obra que o autor produziu. Na conclusão de seu livro, ao responder a pergunta norteadora da obra, se “É possível dissociar a obra do autor?”, Sapiro (2022, p. 178-181) nos responde:

Sim e não. Sim, porque, como foi visto, a identificação da obra e do autor nunca é completa e porque a obra escapa a ele. [...] Não, não se pode dissociar a obra de seu(sua) autor(a), pois ela carrega traço de sua visão de mundo, de suas disposições ético-políticas, mais ou menos sublimadas e metamorfoseadas pelo trabalho de formatação, à qual é necessário lançar luz para compreendê-la, em sua sociogênese como em seus efeitos.

Sapiro (2022) nos diz que “Sim”, pois se por um lado a obra escapa ao autor já no processo de produção, sendo a fabricação do fruto de um trabalho coletivo, podendo sofrer influências externas, por outro lado, a obra escapa mais ainda no processo de recepção por parte do leitor, pois as apropriações e interpretações dos mesmos podem ser contraditórias ao que desejava o autor. A circulação das obras no tempo e espaço podem causar o que Sapiro (2022, p. 179) chama de “des-historização e, logo, de mal-entendidos”. O “Não” da segunda parte da resposta de Sapiro vem justamente, conforme o já abordado anteriormente, da não possibilidade de admitirmos determinadas abordagens e escritas, em especial as que incitam o racismo, a xenofobia, a pedofilia, a violência sexual e de gênero.

Ao final, Sapiro nos diz que “[a] função do debate público é, portanto, fazer evoluir a legislação na teoria e na prática. É o que fazem as associações feministas contra o racismo e a racialização para sensibilizar sobre problemáticas ainda muito ocultadas” (Sapiro, 2022, p. 182), e lança o questionamento se devemos ou não tolerar e premiar autores que, de alguma forma ou de outra, utilizaram e/ou utilizam sua posição de autoridade para propagar ideologias que não são mais aceitas no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ROSENFELD, Anatol. *Estrutura e problemas da obra literária*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SAPIRO, Gisèle. *É possível dissociar a obra do autor?* Tradução de Juçara Valentino. Belo Horizonte, Moinhos, 2022.

Recebido em: 09/10/2024

Aceito em: 11/10/2024

Evandro Viana: possui Bacharelado e Licenciatura Plena em Letras Português/Japonês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Licenciatura Plena em Espanhol pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão de Ensino a Distância pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Especialização em Educação e Diversidade pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Mestre em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, atualmente cursa o Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada também na Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ.